
Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados tem seis novos sócios

O escritório **Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados** tem seis novos sócios: **Bruno B. Mota, Eliseu Klein, Lucas Rabêlo Campos, Maria Eduarda Praxedes Silva, Myller Kairo Coelho de Mesquita e Thiago Peleja Vizeu Lima.**

Mota atua nas áreas de Direito Civil, Direito Regulatório e Direito Digital. Trabalha com questões empresariais e digitais estratégicas, principalmente em demandas em tramitação nos tribunais superiores. Além disso, o profissional trabalha com questões envolvendo normas de agências reguladoras, as da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Klein, por sua vez, é especialista das áreas de Direito Eleitoral e Administrativo Trabalhista. Atua no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça, no Tribunal Superior do Trabalho, no Tribunal Superior Eleitoral e nos tribunais regionais do trabalho.

Já Campos concentra sua atuação no ramo do Direito Público interno, predominantemente em contencioso tributário, tanto administrativo quanto judicial. Também tem experiência no atendimento a clientes em questões envolvendo Direito Administrativo, Direito Regulatório e Direito Processual Civil, com atuação na Justiça Federal, STF e STJ.

Maria Eduarda lida com assuntos das áreas de Direito Civil, Direito Digital e Direito Regulatório. Ela trabalha em casos envolvendo Direito do Consumidor, responsabilidade civil, Marco Civil da Internet e normas editadas das agências reguladoras, principalmente a Anvisa.

Mesquita é especialista nos campos de Direito Administrativo, Regulatório, Concorrencial e Empresarial. O advogado trabalha no contencioso administrativo e judicial.

E Lima advoga em casos envolvendo Direito Administrativo, Direito Regulatório e Direito Tributário, com ênfase tanto no consultivo preventivo quanto no contencioso administrativo e judicial. Possui experiência em demandas relativas a contratos administrativos, licitações e obras públicas, com atuação na Justiça Federal, tribunais superiores, tribunais de contas e órgãos administrativos.

Date Created

13/06/2018